



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

Assembleia Municipal de Azambuja

APROVADO

Em reunião de 5 / 5 / 21

Com UNANIMIDADE

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 2021
--- Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, realizada no Auditório da Casa do Povo de Aveiras de Cima, em Aveiras de Cima.

ORDEM DO DIA

--- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Manuel Guerra Duarte e secretariaram a reunião como Primeira Secretária, a Senhora Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos e como Segundo Secretário, o Senhor Marcelo José da Costa Oliveira.

--- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais, Ana Paula Moura em substituição de Ana Lúcia Catorze Serra Caetano, António Manuel Correia Amaro Costa, António Jorge Lopes, Cláudio André Salema, em substituição de António Maria Calixto Isidro, António José da Fonseca Nobre, Cindy Bento Narciso em substituição de António Rodrigues Torrão, Ana Paula Martins em substituição de António José Rodrigues, Armando Jorge Adrião Calixto, Carlos António Pereira Piriquito, Francisco Galvão Morgado, Joana Filipa Amaral Gerardo Ferraz Pratas, José Avelino Colaço Correia, José Carlos Ferreira Matos, José Joaquim Braz dos Santos, José Luís Marques dos Santos, Lúcio Manuel Cardador Costa, Luísa Maria dos Reis Pereira Martins, Manuel Maria Valadares Couceiro, Margarida Helena Lages Maia, Maria Inês da Graça Louro, Luís Filipe Figueiredo em substituição de Maria Arminda Marques Tavares, Mário Jorge Soares Parruca, Natália Maria Andrade Peres e Rogério Faria Jorge.

--- Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara, Luís Manuel Abreu de Sousa e os Senhores Vereadores, Sílvia Margarida Narciso Vítor, Silvino da Silva Lúcio, António José Matos, Rui Pedro Figueiredo Corça, Maria João Canilho e Mara Lúcia Oliveira.

--- Faltou por motivos de doença justificada com a situação pandémica atual o Sr. Deputado Daniel Albino Claro.

--- Os trabalhos da Assembleia Municipal foram transmitidos, tal como nas sessões anteriores, através do Facebook no endereço da Câmara Municipal.

--- Os Municípes foram informados de que se desejassem formular perguntas, enviar recomendações ou solicitar esclarecimentos, deveriam fazê-lo sob forma de mail para assembleiamunicipal@cm-azambuja.pt, até às dezasseis horas do dia anterior à realização da AM e que na impossibilidade de serem tratados durante a Sessão todos os mails recebidos, os mesmos seriam entregues aos seus destinatários para posterior resposta.

ANTES DA ORDEM DO DIA

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início à Sessão, cumprimentou os restantes membros assim como o executivo municipal, informou dos pedidos de substituição para a presente reunião.

APROVAÇÃO DE ATAS

--- Foi aprovada, por unanimidade, a Ata de 11 de Fevereiro de 2021.

--- Foi aprovada, por unanimidade, a Ata de 19 de Março de 2021.

--- Foi apresentado um Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Joaquim António Sousa Neves Ramos, Ex-Presidente da Assembleia e Câmara Municipal e Azambuja, o qual foi aprovado por unanimidade. Após a votação foi feito um minuto de silêncio.

--- Pelo Deputado Municipal Lúcio Costa, do PS, foi proposta a discussão em primeiro lugar do Ponto 4 da Ordem do Dia, não se tendo ninguém manifestado contra.

INTERVENÇÕES DOS SRS. DEPUTADOS MUNICIPAIS

--- Interveio a Sra. Deputada Municipal Inês Louro para colocar uma série de questões ainda relacionadas com o solicitado pelos municípes aquando do tempo dedicado ao público. Perguntou há quanto tempo tinha sido feito o levantamento topográfico de Tagarro, qual a preparação e a periodicidade prevista para a lavagem dos caixotes do lixo, também em Tagarro. Na sequência da resposta obtida do Sr. Presidente da Câmara que haveria setenta praticantes para a modalidade do ténis, considerou que a supressão de um dos campos para a construção do campo de paddle iria impossibilitar o desenvolvimento do ténis na concelho. Perguntou ainda o porquê da demora da instalação do campo de paddle e se a empresa que iria explorar o campo não poderia ser a mesma a proceder à obra. Quanto à requalificação da R. Principal de Azambuja, mostrou-se contra tal obra, como já fizera chegar ao conhecimento da Câmara através de documento emanado da reunião da Assembleia de Freguesia. Considerou que uma obra desta envergadura, nesta altura iria prejudicar o comércio local, já bastante enfraquecido na sequência da pandemia de Covid 19. A propósito da atribuição da medalha de mérito à Diretora do Departamento Financeiro e ao Chefe de Divisão financeira, Drs. Irene Lameiro e Ricardo Portela, considerou que ainda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

que lhes reconhecesse grande mérito quer pessoal quer profissional , a atribuição das medalhas contrariava o Regulamento de Atribuição de Medalhas, por serem dirigentes não eram classificados o que inviabilizava a atribuição da medalha. -----

--- O Sr. Presidente da Câmara respondeu que existiam duas empresas interessadas no Campo de Paddle , quanto á requalificação da R. principal, considerou ser decisão do executivo, apoiada por boa parte da população. Quanto à atribuição da Medalha disse ser competência da Câmara, que assim decidira. O Sr. Vice-Presidente disse desconhecer a existência do levantamento topográfico em Tagarro e a semelhança do que já dissera no decorrer da reunião referiu que só após o final da Postura de Trânsito em Alcoentre se partiria para as localidades circundantes. Quanto à limpeza de contentores era efetuada uma vez por mês. -----

--- Interveio o Sr. Deputado António Jorge Lopes perguntou a quem é que se descontaria os tempos ocupados pela Sra. Deputada Inês Louro, ao que o Sr. Presidente da mesa respondeu que por uma questão de equilíbrio e coerência a Sra. Deputada enquanto independente, teria o mesmo tempo que os Grupos Parlamentares com um só elemento.-----

---- Foi apresentada pelo PSD, uma Moção sobre as obras de requalificação dos principais arruamentos da Vila de Azambuja, a qual foi rejeitada com 20 votos contra (13 do PS e 7 da CDU) e 7 votos a favor (5 do PSD, 1 do CDS e 1 da Deputada Independente Inês Louro). -----

--- Interveio o Sr. Deputado António Nobre perguntando qual a situação da obra de asfaltamento da R. do Condestável em Alcoentre, se já havia acordo entre a Câmara e a AdAz, perguntou ainda pela Postura de Trânsito quando é que se previa estar concluída pois o estacionamento na referida rua era caótico. Chamou a atenção para o facto de não ter ainda chegado ao conhecimento dos membros da assembleia Municipal, o Relatório da Comissão de Acompanhamento das Águas, da qual fazia parte e que já o elaborara há cerca de dois meses, referiu que de um modo geral a empresa concessionária estava a cumprir com as obrigações contratuais, com exceção de um ou dois casos passivos de intervenção de outra entidade. Informou que os Resultados Líquidos do exercício do ano de 2020 tinham sido muito bons, cerca de 530 m€ de resultados positivos, num ano em que as receitas, inclusivamente as do Município tinham decaído. -----

--- O Sr. Presidente da mesa, confirmou a não receção do Relatório, tendo o Sr. Presidente da Câmara dito que o tinha e o enviaria ao Sr. Presidente da Assembleia. Disse que relativamente ao asfaltamento da R. tinha tido conversações com a AdAz e que ficara decidido que ambos participariam nos custos, à semelhança do que estava a negociar para uma outra rua. -----

--- Interveio o Senhor Deputado António Jorge Lopes, que a propósito de uma entrevista dada à Comunicação Social, pelo Sr. Vice-presidente a propósito da instalação das células fotovoltaicas, na quinta da Torrebelas e na Quinta da Cerca, na qual referira que o assunto deveria ser discutido em julho ou agosto e que a Câmara emitira um Parecer acerca do assunto, solicitou a entrega de cópia de todos os Pareceres que a Câmara tivesse elaborado acerca do assunto ao Grupo do PSD. Considerou que a matéria a discutir não deveria ser apresentada nestas datas, pela proximidade de Eleições Autárquicas, e que, o Sr. Presidente da mesa já deveria ter convocado uma reunião para a discussão dos projetos. -----

--- O Sr. Presidente da mesa, referiu ter sugerido a realização de umas jornadas acerca do assunto, e que o Sr. Deputado não achara necessária por já ter ouvido os Promotores dos Projetos. O Sr. Vice-presidente, referiu que nesta matéria todos eram livres de opinar, cada um com a sua opinião e que a democracia era mesmo assim. -----

--- Interveio o Sr. Deputado Carlos Piriquito para perguntar qual a situação da pintura de passadeiras em Aveiras de Baixo e a colocação do baloiço no parque infantil em Virtudes, em resposta o Sr. Presidente disse que já tinha sido feito o levantamento da necessidade de pintura de passadeiras, quanto ao baloiço, o problema não se prendia só com a sua colocação, mas também com toda a estratégia de segurança necessária à sua colocação e que estava a ser estudada. -----

--- As intervenções na íntegra dos senhores Deputados Municipais podem ser ouvidas na íntegra através do link: <https://youtu.be/fuSzbDev0bQ>

ORDEM DO DIA

- Ponto 1 Informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da
Atividade Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

Ponto 2	Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas 2020	49/P/2021
Ponto 3	Aplicação de Resultados Líquidos do Período 2020	50/P/2021
Ponto 4	Plano de emergência Externa da CLC	24/P/2021
Ponto 5	Projeto de Regulamento de Apoio às IPSS e Equiparadas do Concelho de Azambuja – Revogação	33/VSV/2021
Ponto 6	Projeto de Regulamento Geral de Passatempos e Desafios Online do Município de Azambuja	16/VAJM/2021

--- Pelo Deputado Municipal Lúcio Costa, do PS, foi proposta a discussão em primeiro lugar do Ponto 4 da Ordem do Dia, para que o Sr. Coordenador Municipal pudesse ser dispensado não se tendo ninguém manifestado contra. -----

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL

--- O Sr. Deputado Municipal José Carlos Matos, reiterou o pedido já anteriormente formulado, que lhe fossem facultadas cópias dos relatórios das Juntas de freguesia, acerca dos Acordos com a Câmara. Solicitou ao Sr. Presidente da Mesa que convocasse os Promotores das empresas que pretendiam instalar as células fotovoltaicas, para estarem presentes numa reunião da Assembleia Municipal, para poderem esclarecer as dúvidas dos restantes Deputados. -----

--- O Sr. Presidente da mesa, referiu que considerava mais correto que os Promotores fossem ouvidos em sede de Comissão Municipal, que elaboraria relatório e o apresentaria na Assembleia Municipal. -----

--- Interveio a Sra. Deputada Natália Peres, para indagar para quando estaria prevista a inauguração do Mercado de Manique do Intendente, comentou que o Sr. Presidente em anterior reunião dissera que ocorreria no fim do ano anterior e que se estava a muito pouco tempo das Eleições Autárquicas e ainda nada fora inaugurado. Perguntou o que é que a Câmara estava a pensar fazer com os proprietários que não tinham procedido à limpeza de terrenos, obrigatória por Lei. Para finalizar considerou que a construção de um Polidesportivo em Alcoentre não se mostrava necessária, dada a existência de outras estruturas desportivas que se encontravam muitas vezes “às moscas”. Considerou ser de recuperar as estruturas já existentes. -----

--- O Sr. Presidente referiu que tinha estado a falar com o Sr. Presidente da Junta no início da reunião e que no momento os serviços técnicos da Câmara se encontravam a desenvolver procedimentos para a aquisição de bancadas, contava que a inauguração pudesse ser muito em breve. Quanto aos proprietários de terrenos, a maioria tinha procedido à limpeza, a Câmara através do Grupo de Sapadores da CIMLT tinha também procedido à limpeza, aos que ainda não o tinham feito estavam a ser enviadas cartas recomendando que o fizessem, se tal não acontecesse teria de ser comunicado ao SEPNA. Relativamente ao Polidesportivo, considerou que era uma decisão que haverá tomado, já no mandato anterior, pois os Jovens e a população de Alcoentre à semelhança de outras freguesias também mereciam um recinto desportivo em condições. Quanto à passagem para peões continuavam as conversações com as Infraestruturas de Portugal, para que dessem a devida permissão. -----

--- O Sr. Deputado Manuel Couceiro, perguntou qual a finalidade da aquisição de duas casas nos Casais de Além e quais em concreto as linhas de água em Azambuja e Vila Nova da Rainha que tinham sido limpas.

--- O Sr. Presidente informou que a aquisição das casas vinha na sequência de um pedido do Sr. Presidente da Junta para que se pudesse alargar a via, faltava ainda a aquisição de uma outra para que o processo pudesse ser concluído. Quanto à limpeza de linhas de água o Sr. Vice-presidente informou que tinham sido limpas a Ribeira do Valverde, em Azambuja, até ao limite da zona urbana, a Ribeira da Zona Urbana em Vila Nova da Rainha e a Ribeira do Caju em Aveiras de Cima. Faltava proceder à limpeza da Ribeira da Milhariça também em Aveiras de Cima. -----

--- O Sr. Deputado António Jorge Lopes perguntou a que se referia o Processo nº 383/20.6GBCTX, indicado como estando em fase de inquérito, o que presumia tratar-se de um processo-crime. -----

--- O Sr. Presidente tomou nota, e iria ver junto do Gabinete jurídico e enviaria a resposta por mail ao Sr. Deputado. -----

--- Discutido o assunto nada foi deliberado. -----

PONTO 2 – APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020

P 49/P/2021



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

--- --- O Sr. Presidente iniciou a apresentação do documento, referindo que a alteração espelhada nas contas, era em grande parte fruto da alteração do POCAL para o SNC-AP. Disse ser impossível dissociar a pandemia COVID-19 e seus impactos na atividade económica do Município, sendo 2020 o ano em que se interrompera o ciclo de resultados líquidos positivos, Referiu que no que a resultados orçamentais respeita, o Município fechara o ano de 2020 com um saldo positivo de 6,5 milhões de euros, cumprindo assim a regra de equilíbrio orçamental, apesar da quebra das receitas devido principalmente à quebra de rendimentos municipais, em especial, ao nível de IMT e das taxas/impostos de operações urbanísticas, bem como ao aumento de despesa para dar resposta à crise. Agradeceu o empenho e dedicação extraordinários dos trabalhadores afetos à transição do sistema contabilístico e elaboração do presente documento, bem como o incansável apoio da sociedade de revisores oficiais de contas Pão Alvo & Associado, SROC, contribuindo para que o Município não viesse a adiar a implementação do novo sistema contabilístico como acontecera em várias Câmaras do país, face à natureza dos trabalhos, complexidade técnica e dificuldades associadas ao sistema informático. -----

--- Para uma apresentação mais técnica do documento, solicitou ao Dr. Ricardo Portela, Chefe da Divisão Financeira que informou que, em 2020 e, dando cumprimento ao disposto no art.º 114.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março (Lei do Orçamento do Estado para 2020), procedera-se à implementação do novo sistema contabilístico – SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas – aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. A reforma da contabilidade e contas públicas surgira no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo. O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas. Nestes termos, os modelos de demonstrações orçamentais e financeiras são os constantes deste normativo, com as adaptações introduzidas pela Norma Técnica n.º 1/2017 da UniLeo (Unidade de Implementação de Lei de Enquadramento Orçamental) e respetivas melhorias efetuadas em 29 de março e 17 de julho de 2019, bem como da Instrução n.º 1/2019 publicada na II.ª Série do Diário da República de 6 de março de 2019 relativa à prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas. Os documentos de prestação de contas, referentes ao ano de 2020, estavam de acordo com os pressupostos e princípios contabilísticos previstos no SNC-AP, tendo sido certificadas pela sociedade de revisores oficiais de contas Pão Alvo & Associado, SROC. Tratando-se de um ano da adoção, pela primeira vez, do SNC-AP foram levados a cabo um conjunto de procedimentos de transição de sistemas contabilísticos que culminaram no Balanço de Abertura com os inerentes impactos de alteração do referencial contabilístico que foram detalhadamente justificados, realçando a redução das vidas úteis dos Edifícios e Outras Construções, o tratamento contabilístico dos subsídios ao investimento e o reconhecimento de perdas por imparidade relativas a dívidas de terceiros. -----

--- Continuando destacou, dos conteúdos tratados, os dados relativos à execução orçamental, através dos quais são disponibilizadas informações detalhadas sobre a execução das receitas e despesas previstas no Orçamento de 2020 e o inerente reflexo na situação financeira do Município. Referiu que os documentos apresentados, enquanto instrumentos importantes para a avaliação global e acompanhamento da situação, tanto no domínio orçamental, como no económico e no financeiro, constituíam um apoio essencial à gestão autárquica. No contexto municipal, em matéria de recursos humanos, considerou de destacar o acréscimo das despesas com pessoal, paralelamente à abertura de procedimentos concursais para fazer face a necessidades de serviço. -----

BALANÇO	
Ativo	67 945 533,91
Património líquido	56 874 223,33
Passivo	11 071 310,58
Demonstração de Resultados por Natureza	
Rendimentos	15 867 550,72
Gastos	18 450 539,57
Resultado líquido do período	-2 582 988,85
Demonstração de Fluxos de Caixa	
Recebimentos	16 489 065,41
Pagamentos	20 425 559,18
Demonstração de Desempenho Orçamental	



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

Recebimentos (não inclui Saldo da Gerência Anterior)	16 489 065,41
Pagamentos	20 425 559,18
Saldos iniciais do Desempenho Orçamental	
Operações orçamentais	10 529 425,47
Operações de tesouraria	683 423,46
Saldos finais do Desempenho Orçamental	
Operações orçamentais	6 522 235,49
Operações de tesouraria	754 119,67

--- Interveio o Sr. Deputado António Nobre, considerou que de facto 2020 tinha sido um ano complicado para as finanças públicas, ao nível da Administração Central e Local, o que era demonstrado nas contas agora apresentadas. Em anos anteriores tinha havido significativos acréscimos de receita tributária pontual, sendo previsível que tal não se repetisse. Com a necessidade de aumento de despesa provocada em grande parte pelas contingências da pandemia, o resultado era o agora apresentado. Acerca dos quadros de despesa, que referiam por um lado apoio a famílias num valor de cerca de 47.000,00 euros, (considerou que em 2019 esta verba tinha sido muito mais elevada), e que num outro quadro referia apoio de ação social era indicado um valor de 393.626.59 €, perguntou se este valor contemplava apoio a famílias e o porquê de dois quadros, com diferentes valores. A pedido do Sr. Presidente da Câmara o Dr. Ricardo Portela esclareceu que primeiro valor se referia a transferências correntes para as famílias (Bolsas de estudo e mérito por exemplo). O segundo referia-se a gastos com as famílias numa ótica de contabilidade de gestão, não orçamental, continha todos os gastos com as famílias em todas as vertentes de apoio social, cheques farmácia, cheques sociais e outros que por o pagamento não ser feito diretamente às famílias (pessoas singulares de carácter não empresarial), não podiam ser contabilizados na outra rubrica. -----

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 49/P/2021, colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 13 votos a favor do PS, 14 abstenções (7 da CDU, 5 do PSD, 1 do CDS e 1 da Deputada Independente Inês Louro). -----

PONTO 3 – APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LIQUIDOS DO PERIODO 2020 **P 50/P/2020**

---- Não havendo discussão foi a proposta nº. 50/P/2021, colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 13 votos a favor do PS, 14 abstenções (7 da CDU, 5 do PSD, 1 do CDS e 1 da Deputada Independente Inês Louro). -----

PONTO 4 – PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO DA CLC **P 24/P/2021**

---- Não havendo discussão, foi a proposta nº. 24/P/2021, colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com 21 votos a favor (13 do PS, 7 da CDU e 1 da Deputada Independente Inês Louro) e 6 abstenções (5 do PSD e 1 do CDS). -----

PONTO 5 – PROJETO DE REGULAMENTO DE APOIO ÀS IPSS E EQUIPARADAS DO CONCELHO DE AZAMBUJA – REVOGAÇÃO **P 33/VSV/2021**

--- A Sra. Deputada Inês Louro considerou que com as alterações introduzidas ao Regulamento, as IPSS do concelho poderiam oferecer uma melhor qualidade de vida aos seus utentes. -----

---- Não havendo discussão, foi a proposta nº. 33/VSV/2021, colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

PONTO 6 – PROJETO DE REGULAMENTO GERAL DE PASSATEMPOS E DESAFIOS ONLINE DO MUNICÍPI DE AZAMBUJA **P 16/VAJM/2021**

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 16/VAJM/2021, colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com 22 votos a favor (13 do PS, 7 da CDU, 1 do CDS e 1 da Deputada Independente Inês Louro) e 5 abstenções do PSD. O Sr. Deputado Manuel Couceiro apresentou a Declaração de Voto que se transcreve: *“Faço uso da minha independência e abstenho-me na votação desta Proposta porque acho-a absolutamente, eu nem queria dizer o termo, ridícula.”* -----

-----**PÚBLICO**-----
--- O Sr. Carlos Fontes enviou um mail à Assembleia Municipal perguntando para quando a colocação de nova sinalética e de fibra ótica, em Tagarro. -----

--- Em resposta o Sr. Presidente informou que de acordo com informação da operadora, não estava ainda prevista a colocação de fibra ótica em Tagarro e o Sr. Vice-Presidente informou que se estava a finalizar a postura de trânsito de Alcoentre, após o que se passaria às localidades circundantes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

--- A Sra. D. Rute Erzo enviou um mail, perguntando para quando a instalação de fibra ótica, a colocação de contentores subterrâneos, uma maior periodicidade na lavagem de contentores, assim como para quando a colocação de contentores de obras em Tagarro. -----

--- Por a primeira questão colocada ser igual `a do munícipe anterior o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente que informou que há cerca de um ano e meio fora reforçada a colocação de ecopontos, cerca de 100 ecopontos distribuídos pelo concelho, a lavagem estava articulada com a empresa responsável e estava a dar-se os primeiros passos na colocação de ecopontos subterrâneos. -----

--- Interveio a Sra. D. Cindy Narciso, para reiterar os pedidos de esclarecimento já anteriormente enviados por mail ao Sr Presidente da Câmara, acerca de uma série de obras por realizar na Freguesia de Aveiras de Cima. -----

--- Os trabalhos da Assembleia Municipal foram transmitidos, tal como nas sessões anteriores, através do Facebook no endereço da Camara Municipal e poderão ser visionados através do link: -----

<https://youtube/fuSzbDev0bQ>

--- Eram 23 horas e 35 minutos, quando o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. -----

--- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----